SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 20 de outubro de 2026.

Ilmo. Senhor Prefeito Municipal:
JAIME DA SILVA STANG

Por meio do presente, solicito a Vossa Excelência que sejam tomadas as medidas que objetivem **para futura e eventual empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR**, visando atender as necessidades do Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

A presente contratação justifica-se pela necessidade da Administração Municipal de Nova Esperança do Sudoeste – PR em obter suporte especializado, consultoria e elaboração de estudos, projetos, laudos e pareceres de alta complexidade. A contratação é essencial para dar continuidade a projetos estratégicos de desenvolvimento, garantindo o cumprimento de exigências operacionais, jurídicas e ambientais.

O Município encontra-se atualmente em um momento de expansão infraestrutural, destacando-se a fase de implantação da nova Área Industrial, projeto este que demanda rigoroso planejamento, estudos de viabilidade, projetos de engenharia e licenciamentos detalhados.

Adicionalmente, o Município foi contemplado com recursos e programas habitacionais junto ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e à COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná). A implementação desses projetos habitacionais exige uma série de ações contínuas, incluindo acompanhamento de obras, avaliações locais, elaboração de documentos específicos e monitoramento constante para assegurar a conformidade com as diretrizes desses programas, ressalta-se ainda que no decorrer do ano o Munícipio ainda pode ser beneficiado por outros programas.

O quadro de pessoal efetivo da Prefeitura, embora capacitado, está concentrado nas rotinas operacionais de manutenção e fiscalização diária, não possuindo a disponibilidade necessária para absorver, de forma imediata, o volume de demandas especializadas que a implantação da Área Industrial e o desenvolvimento dos novos conjuntos habitacionais impõem

Quanto aos valores, informo que realizei pesquisa de preço com empresas do ramo na região e que os valores aqui informados estão de acordo com o preço real de mercado.

Declaro ainda que a elaboração desta solicitação é de total responsabilidade desta Secretaria, sendo assim qualquer dúvida sobre as especificações, quantidades e valores deverá ser constatada a mesma para que possa ser esclarecida.

Sendo assim o serviço a ser contratado é o seguinte:

LOTE 01					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
001	Acompanhamento e elaboração de estudos técnicos e laudos técnicos a partir de testes, sondagens, ensaios e análises, inclusive laboratoriais, que demandem atuação de equipe técnica especializada.	HR	100	R$ 383,25	R$ 19.162,50
002	Produção de análises, laudos, pareceres técnicos e periciais, gerenciamento técnico, elaboração de projetos, atualização e manutenção de sistemas necessários à continuidade de programas, obras e ações de interesse municipal	HR	100	R$ 398,58	R$ 39.858,00
003	Levantamento e análise de documentos e dados; Reconhecimento de área e avaliações locais	HR	100	R$ 365,40	R$ 36.540,00

	por meio de visitas in loco; Assessoria, consultoria e elaboração de laudos técnicos para atender a exigências de departamentos de nível federal, estadual e municipal, da justiça e do legislativo; Acompanhamento, monitoramento, orientação e avaliação das atividades dos setores responsáveis pela área técnica de gestão e projetos de Administração Municipal.				
004	Concepção, elaboração e acompanhamento de análises, estudos, projetos e documentos técnicos voltados ao licenciamento, à regularização e à gestão ambiental de empreendimentos, obras, atividades e áreas de interesse municipal junto aos órgãos competentes.	HR	100	R$ 371,25	R$ 37.125,00
TOTAL VALOR ESTIMADO:				**R$ 132.685,50**	

Respeitosamente,

ANA PAULA BONETTI
Secretária Municipal de Administração

J R CLINICA DE SEGURANCA DO TRABALHO LTDA
CNPJ : 47.736.158/0001-98
AV DAS MISSOES, 558 – sala 02 | Centro | CEP: 85.640-000
AMPÉRE -PR

PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR
CNPJ: 95.589.289/0001-32

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR tem como finalidade fortalecer a capacidade administrativa e técnica da gestão municipal, promovendo maior eficiência na execução das demandas públicas e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, conforme descrição abaixo.

LOTE 01					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
001	Acompanhamento e elaboração de estudos técnicos e laudos técnicos a partir de testes, sondagens, ensaios e análises, inclusive laboratoriais, que demandem atuação de equipe técnica especializada.	HR	100	385,00	38.500,00
002	Produção de análises, laudos, pareceres técnicos e periciais, gerenciamento técnico, elaboração de projetos, atualização e manutenção de sistemas necessários à continuidade de programas, obras e ações de interesse municipal	HR	100	400,50	40.050,00
003	Levantamento e análise de documentos e dados; Reconhecimento de área e avaliações locais por meio de visitas in loco; Assessoria, consultoria e elaboração de laudos técnicos para atender a exigências de departamentos de nível federal, estadual e municipal, da justiça e do legislativo; Acompanhamento, monitoramento, orientação e avaliação das atividade dos setores responsáveis pela área técnica de gestão e projetos de Administração Municipal.	HR	100	370,50	37.050,00
004	Concepção, elaboração e acompanhamento de análises, estudos, projetos e documentos técnicos voltados ao licenciamento, à regularização e à gestão ambiental de empreendimentos, obras, atividades e áreas de interesse municipal junto aos órgão competentes.	HR	100	375,00	37.500,00
TOTAL VALOR ESTIMADO:				**R$ 153.100,00**	

AMPÉRE, 20 /10/2026.

JULIANO ANTONIO BORTOLOMEDI:04729256956

Assinado de forma digital por JULIANO ANTONIO BORTOLOMEDI:04729256956
Dados: 2026.10.20 09:51:54 -03'00'

J R CLÍNICA DE SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
CNPJ nº 47.736.158/0001-98

FAROL 14
CONSULTORIA EM PROJETOS

PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR
CNPJ: 95.589.289/0001-32

Empresa/Razão Social: FAROL 14 CONSULTORIA EM PROJETOS LTDA
CNPJ: 34.081.017/0001-19
Endereço: Rua Belém, 3090, Edifício Nilson Schlemmer, 3º Andar, Sala 310, Centro, Realeza, Paraná, CEP 85.770-000.
Fone: 46 3543 3399 / 46 9 99251476 / 46 9 99255006
E-mail: farol14consultoria@gmail.com

Prezados,

A empresa **FAROL 14 CONSULTORIA EM PROJETOS LTDA**, empresa especializada em projetos das mais variadas complexidades, vem através deste apresentar proposta de preço propostade orçamento de acordo com o solicitado.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR tem como finalidade fortalecer a capacidade administrativa e técnica da gestão municipal, promovendo maior eficiência na execução das demandas públicas e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, conforme descrição abaixo.

LOTE 01					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
001	Acompanhamento e elaboração de estudos técnicos e laudos técnicos a partir de testes, sondagens, ensaios e análises, inclusive laboratoriais, que demandem atuação de equipe técnica especializada.	HR	100	381,50	38.150,00
002	Produção de análises, laudos, pareceres técnicos e periciais, gerenciamento técnico, elaboração de projetos, atualização e manutenção de sistemas necessários à continuidade de programas, obras e ações de interesse municipal	HR	100	375,25	37.525,00
003	Levantamento e análise de documentos e dados; Reconhecimento de área e avaliações locais por meio de visitas in loco; Assessoria, consultoria e elaboração de laudos técnicos para atender a exigências de departamentos de nível federal, estadual e municipal, da justiça e do legislativo; Acompanhamento, monitoramento, orientação e avaliação das atividade dos setores responsáveis pela área técnica de gestão e projetos de Administração Municipal.	HR	100	360,30	36.030,00
004	Concepção, elaboração e acompanhamento de análises, estudos, projetos e documentos técnicos voltados ao licenciamento, à regularização e à gestão ambiental de empreendimentos, obras, atividades e áreas de interesse municipal junto aos órgão competentes.	HR	100	367,50	36.750,00
TOTAL VALOR ESTIMADO:					**R$ 148.455,00**

Desde Já agradecemos a oportunidade e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Realeza - PR, 23 de setembro de 2026.

JOSÉ FRANCISCO DE GOIS
Responsável Técnico
CPF 032.570.199-71
CREA/PR 199.212-D

Rua Belém, 3090, Edifício Nilson Schlemmer, 3º Andar, Sala 310, Centro, Realeza, Paraná, CEP 85.770-000
| (46) 3543 3399 | (46) 9 9925-1476 | (46) 9 9925-5006 e-mail: farol14consultoria@gmail.com

HMM.
CONSTRUTORA DE OBRAS

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Prezado (a),

Solicitamos de vossa senhoria o orçamento para **a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR tem como finalidade fortalecer a capacidade administrativa e técnica da gestão municipal, promovendo maior eficiência na execução das demandas públicas e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis,** conforme descrição abaixo, em papel timbrado da empresa (ou este devidamente preenchido por vossa empresa).

Informamos que sua empresa pode enviar as propostas via e-mail: orcamentos@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, elcimar.faust@gmail.com, WhatsApp 46- 98409-9144 ou para o seguinte endereço: Avenida Iguaçu, Centro, n° 750, Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, preenchendo todos os dados da empresa para posteriores contatos.

LOTE 01					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
001	Acompanhamento e elaboração de estudos técnicos e laudos técnicos a partir de testes, sondagens, ensaios e análises, inclusive laboratoriais, que demandem atuação de equipe técnica especializada.	HR	100	420,00	42.000,00
002	Produção de análises, laudos, pareceres técnicos e periciais, gerenciamento técnico, elaboração de projetos, atualização e manutenção de sistemas necessários à continuidade de programas,	HR	100	420,00	42.000,00

	obras e ações de interesse municipal				
003	Levantamento e análise de documentos e dados; Reconhecimento de área e avaliações locais por meio de visitas in loco; Assessoria, consultoria e elaboração de laudos técnicos para atender a exigências de departamentos de nível federal, estadual e municipal, da justiça e do legislativo; Acompanhamento, monitoramento, orientação e avaliação das atividade dos setores responsáveis pela área técnica de gestão e projetos de Administração Municipal.	HR	100	450,00	45.000,00
004	Concepção, elaboração e acompanhamento de análises, estudos, projetos e documentos técnicos voltados ao licenciamento, à regularização e à gestão ambiental de empreendimentos, obras, atividades e áreas de interesse municipal junto aos órgão competentes.	HR	100	450,00	45.000,00
TOTAL VALOR ESTIMADO:				**R$ 174.000,00**	

PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

4.1. Os projetos deverão ser entregues na Secretaria de Administração, na Prefeitura de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, localizada na Avenida Iguaçu, Nº. 750, Centro, em até 15 (quinze) dias após a solicitação dos mesmos, devidamente assinados e com todas as cópias necessárias para encaminhamento para os órgãos competentes, para fins de aprovação. Caso o mesmo não seja aprovado ou ser necessário alguma alteração, deverão ser executados pela contratada sem adição de custos.
Os projetos quando solicitados deverão ser apresentados nos formatos solicitados pela administração, podendo ser em DWG, PDF ou outros. Deverão ser apresentados ainda na forma impressa em (03) vias, devidamente assinadas pelo profissional responsável.

Os profissionais responsáveis pelas elaborações dos projetos deveram estar devidamente registrados nos órgãos competentes.

Os projetos deverão atender todas as normas vigentes, bem como condições técnicas dos órgãos competentes.
Os projetos devem respeitar todas as legislações e normas vigentes.

Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos projetos e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade Geral, a contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal as certidões negativas relativas a âmbito Federal, FGTS e Trabalhista.

Dados da empresa proponente:

Razão social: HM Construtora de Obras LTDA

CNPJ: 36.013.622/0001-00

Inscrição estadual:

Endereço: R. Pedro Paulo Koerig 913, Salto do Lontra

Telefone: (45) 99974 1153

Pessoa para contato: Henrique

E-mail: henriquemm6@hotmail.com

Local, data do orçamento: Salto do Lontra, 19 de outubro de 2026.

HENRIQUE MANFROI MARIA:07711424981

Assinado de forma digital por HENRIQUE MANFROI MARIA:07711424981
Dados: 2026.10.19 11:21:05 -03'00'

HMM Construtora de Obras LTDA.

ISSOC
SEGURANÇA DO TRABALHO E MEIO AMBIENTE

ORÇAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 534/2026

PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE - PR
CNPJ: 95.589.289/0001-32

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR tem como finalidade fortalecer a capacidade administrativa e técnica da gestão municipal, promovendo maior eficiência na execução das demandas públicas e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, conforme descrição abaixo.

LOTE 01					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
001	Acompanhamento e elaboração de estudos técnicos e laudos técnicos a partir de testes, sondagens, ensaios e análises, inclusive laboratoriais, que demandem atuação de equipe técnica especializada.	HR	100	392,25	39.225,00
002	Produção de análises, laudos, pareceres técnicos e periciais, gerenciamento técnico, elaboração de projetos, atualização e manutenção de sistemas necessários à continuidade de programas, obras e ações de interesse municipal	HR	100	382,50	38.250,00
003	Levantamento e análise de documentos e dados; Reconhecimento de área e avaliações locais por meio de visitas in loco; Assessoria, consultoria e elaboração de laudos técnicos para atender a exigências de departamentos de nível federal, estadual e municipal, da justiça e do legislativo; Acompanhamento, monitoramento, orientação e avaliação das atividade dos setores responsáveis pela área técnica de gestão e projetos de Administração Municipal.	HR	100	375,50	37.550,00
004	Concepção, elaboração e acompanhamento de análises, estudos, projetos e documentos técnicos voltados ao licenciamento, à regularização e à gestão ambiental de empreendimentos, obras, atividades e áreas de interesse municipal junto aos órgão competentes.	HR	100	390,50	39.050,00
TOTAL VALOR ESTIMADO:					**R$ 154.075,00**

VALIDADE: 60 DIAS

ISSOC CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA
Rua Guaira 1105, Centro, Ampére – PR
Fone: 46- 9 99112692 46- 2600 1021
e-mail: marcos@issoc.com.br

ISSOC CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA
Representante: Marcos Ghisi
Rua Guaíra 1105, centro, Ampére-PR.
CREA-PR: 126735/D
Engenheiro Ambiental e Segurança do Trabalho
CNPJ: 24.227.299/0001-80
CEP: 85640-000
Fone: (46) 999112692/ 2600-1021
E-mail: marcos@issoc.com.br

MARCOS GHISI: 07279608906

Assinado digitalmente por MARCOS GHISI:07279608906
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=41313091000100, OU=Presencial, OU=Certificado PF A1, CN=MARCOS GHISI:07279608906
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: AMPÉRE-PR
Data: 2026.10.20 14:45:33-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.0

AMPERE – PR 20 DE OUTUBRO DE 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- **OBSERVAÇÕES INICIAIS :**

Conforme disposto na Lei Federal Nº. 14.133/2021 e no Decreto Municipal Nº. 78/2023, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP´s).

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação e embasar o termo de referência/projeto básico/plano de trabalho, que somente será elaborado se a contratação for considerada viável.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP é importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disicplinam os materiais/equipamentos/serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, além de analisar as contratações anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e execução do objeto.

1- UNIDADE REQUISITANTE:

Departamento de Administração.

2- DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar é o Processo Licitatório com vistas para **futura e eventual empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos,**

pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR.

3- DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade da Administração Municipal de Nova Esperança do Sudoeste – PR em obter suporte especializado, consultoria e elaboração de estudos, projetos, laudos e pareceres de alta complexidade. A contratação é essencial para dar continuidade a projetos estratégicos de desenvolvimento, garantindo o cumprimento de exigências operacionais, jurídicas e ambientais.

O Município encontra-se atualmente em um momento de expansão infraestrutural, destacando-se a fase de implantação da nova Área Industrial, projeto este que demanda rigoroso planejamento, estudos de viabilidade, projetos de engenharia e licenciamentos detalhados.

Adicionalmente, o Município foi contemplado com recursos e programas habitacionais junto ao FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e à COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná). A implementação desses projetos habitacionais exige uma série de ações contínuas, incluindo acompanhamento de obras, avaliações locais, elaboração de documentos específicos e monitoramento constante para assegurar a conformidade com as diretrizes desses programas, ressalta-se ainda que no decorrer do ano o Munícipio ainda pode ser beneficiado por outros programas.

O quadro de pessoal efetivo da Prefeitura, embora capacitado, está concentrado nas rotinas operacionais de manutenção e fiscalização diária, não possuindo a disponibilidade necessária para absorver, de forma imediata, o volume de demandas especializadas que a implantação da Área Industrial e o desenvolvimento dos novos conjuntos habitacionais impõem.

4-PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL/ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

A presente contratação especializada para prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, está prevista no Plano de Contratações Anuais. A contratação está alinhada com o planejamento da Administração.

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação deverá ser realizada por meio de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e experiência compatíveis com os serviços, disponibilizar profissionais qualificados e prestar os serviços de forma contínua, conforme as demandas do Município, observando os prazos, normas legais e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

6- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

No que se refere ao quantitativo, os mesmos foram mensurados levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda por um período de 12 (doze) meses.

Os serviços a serem contratados, com as especificações gerais e quantitativos encontram-se dispostos na tabela do **item 8** deste Estudo Técnico Preliminar.

7- LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Para atendimento da demanda, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar empresas especializadas na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres e relatórios, capacitações e suporte técnico.

Verificou-se a existência de empresas no mercado com capacidade técnica para atender às necessidades do Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, havendo possibilidade de contratação por meio de Registro de Preços, permitindo maior flexibilidade e eficiência na utilização dos recursos públicos.

A solução mostra-se adequada por possibilitar a contratação dos serviços conforme a necessidade da Administração, evitando a manutenção de estrutura própria especializada para atividades que demandam conhecimentos técnicos específicos. Os preços deverão ser obtidos mediante pesquisa de mercado, observando os parâmetros previstos na legislação vigente, de modo a assegurar a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado e a seleção da proposta mais vantajosa para o Município.

8-ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O levantamento de preços foi realizado por meio de orçamentos, sendo fornecidos por empresas da região, nos meses de setembro e outubro de 2026. A pesquisa de preço está apresentada na planilha abaixo:

LOTE 01					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
001	Acompanhamento e elaboração de estudos técnicos e laudos técnicos a partir de testes, sondagens, ensaios e análises, inclusive laboratoriais, que demandem atuação de equipe técnica especializada.	HR	100	R$ 383,25	R$ 19.162,50
002	Produção de análises, laudos, pareceres técnicos e periciais, gerenciamento técnico, elaboração de projetos, atualização e manutenção de	HR	100	R$ 398,58	R$ 39.858,00

	sistemas necessários à continuidade de programas, obras e ações de interesse municipal				
003	Levantamento e análise de documentos e dados; Reconhecimento de área e avaliações locais por meio de visitas in loco; Assessoria, consultoria e elaboração de laudos técnicos para atender a exigências de departamentos de nível federal, estadual e municipal, da justiça e do legislativo; Acompanhamento, monitoramento, orientação e avaliação das atividades dos setores responsáveis pela área técnica de gestão e projetos de Administração Municipal.	HR	100	R$ 365,40	R$ 36.540,00
004	Concepção, elaboração e acompanhamento de análises, estudos, projetos e documentos técnicos voltados ao licenciamento, à regularização e à gestão ambiental de empreendimentos, obras, atividades e áreas de interesse municipal junto aos órgãos competentes.	HR	100	R$ 371,25	R$ 37.125,00
TOTAL VALOR ESTIMADO:				**R$ 132.685,50**	

9- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução consiste na contratação, por meio de Registro de Preços, de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, incluindo a elaboração de estudos, projetos, pareceres, relatórios, capacitações e suporte técnico, conforme as necessidades da Administração.

A contratação visa proporcionar apoio técnico especializado aos setores municipais, contribuindo para o aprimoramento dos processos administrativos, elaboração e acompanhamento de projetos, capacitação dos servidores e tomada de decisões, garantindo maior eficiência, qualidade e segurança na execução das atividades públicas.

Os serviços serão solicitados de forma eventual, conforme a demanda do Município, observando as condições, prazos, quantitativos e demais especificações estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

10- JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

No presente caso, após análise da natureza, da forma de execução e da interdependência das atividades pretendidas, verifica-se que a divisão do objeto em itens poderá comprometer a eficiência, a economicidade e a adequada gestão contratual. Os serviços demandam atuação coordenada de equipe multidisciplinar, com planejamento integrado, padronização metodológica e condução unificada das atividades técnicas a serem prestadas às diferentes áreas da Administração Municipal.

A fragmentação da contratação entre diversos fornecedores poderia gerar descontinuidade na execução dos serviços, dificuldades de compatibilização entre documentos técnicos, divergências metodológicas, atrasos na consolidação das informações e maior complexidade na fiscalização contratual. Além disso, a natureza das demandas municipais exige que os trabalhos sejam conduzidos de forma sistêmica, considerando a relação entre planejamento urbano, meio

ambiente, engenharia, arquitetura, regularização, políticas públicas e gestão administrativa.

A eventual divisão do objeto também poderia ocasionar:

- aumento do custo global, em razão da duplicação de estruturas de gerenciamento, comunicação, planejamento e acompanhamento técnico;
- risco de incompatibilidade entre metodologias, documentos, prazos, produtos e cronogramas de execução;
- dificuldades na gestão contratual, especialmente quanto à fiscalização, controle, responsabilização e integração das entregas realizadas por múltiplos executores;
- prejuízo à padronização técnica dos documentos produzidos para atendimento das demandas municipais;
- redução da eficiência administrativa, diante da necessidade de articulação permanente entre diferentes empresas contratadas para atividades correlatas.

Dessa forma, a contratação global mostra-se tecnicamente mais adequada, eficiente e vantajosa para o Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, pois permite maior integração dos serviços, melhor controle institucional, padronização das entregas, otimização dos recursos públicos e maior segurança na execução das atividades contratadas.

11- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a contratação, pretende-se garantir ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR o acesso a serviços técnicos especializados de assessoria, consultoria e suporte, visando aprimorar a gestão administrativa e a execução das atividades municipais.

Entre os principais resultados esperados estão: o aumento da eficiência dos serviços públicos; melhoria na elaboração de estudos, projetos, pareceres e relatórios; capacitação dos servidores; suporte técnico para a tomada de decisões; maior segurança e qualidade nos procedimentos administrativos; e otimização dos

recursos públicos.

Espera-se, ainda, atender às demandas do Município de forma ágil e adequada, mediante contratações conforme a necessidade, proporcionando maior planejamento, organização e efetividade na execução das ações administrativas.

12 – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Servidor Público Sr. Elcimar Augustinho Faust, que assumirá a função de fiscal do Contrato, nos termos do art. art. 117 da Lei N°. 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 85/2023. Ao fiscal do contrato competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato, bem como dirimir qualquer dúvida e pendencia que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 117 da Lei N°. 14.133/2021.

A fiscalização não irá reduzir a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implicará na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

13- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Em análise da contratação desejada, constatou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido e nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido.

14- IMPACTOS AMBIENTAIS:

A empresa prestadora do serviço deverá respeitar as regras de sustentabilidade, sempre buscando evitar impactos ambientais, seguindo os requisitos baseados no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.** Deve

observar rigorosamente as normas técnicas, regulamentadoras ambientais e de proteção ao meio ambiente, adotar práticas de otimização de recursos e menor poluição, mediante orientações da Instrução Normativa N. 01/2010 e demais legislações vigentes.

15- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE/ POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Com base nas informações levantadas ao longo deste estudo preliminar, a pesquisa de preços realizada e considerando que a contratação destes serviços é fundamental para suprir a demanda existente, declaramos ser VIÁVEL e NECESSÁRIA a contratação.

16- RESPONSÁVEL

ANA PAULA BONETTI
Secretária Municipal de Administração

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 20 de outubro de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

PROCESSO LICITATÓRIO Nº

1. O presente documento apresenta a especificação técnica e a quantidade do lote objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2026, bem como condições de prestação de serviços de acordo com as especificações contidas neste edital.

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é o **Registro de Preço, para futura e eventual empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR,** observadas as características e demais condições definidas neste edital e seus anexos.

2.2. Os serviços a serem contratados são os seguintes, com as especificações técnicas conforme solicitação de contratação de serviços emitida pela Secretaria de Administração:

LOTE 01					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
001	Acompanhamento e elaboração de estudos técnicos e laudos técnicos a partir de testes, sondagens, ensaios e análises, inclusive laboratoriais, que demandem atuação de equipe técnica especializada.	HR	100	R$ 383,25	R$ 19.162,50
002	Produção de análises, laudos, pareceres técnicos e periciais, gerenciamento técnico, elaboração de projetos, atualização e manutenção de sistemas necessários à continuidade de programas, obras e ações de interesse municipal	HR	100	R$ 398,58	R$ 39.858,00
003	Levantamento e análise de documentos e dados; Reconhecimento de área e avaliações locais por meio de visitas in loco;	HR	100	R$ 365,40	R$ 36.540,00

	Assessoria, consultoria e elaboração de laudos técnicos para atender a exigências de departamentos de nível federal, estadual e municipal, da justiça e do legislativo; Acompanhamento, monitoramento, orientação e avaliação das atividades dos setores responsáveis pela área técnica de gestão e projetos de Administração Municipal.				
004	Concepção, elaboração e acompanhamento de análises, estudos, projetos e documentos técnicos voltados ao licenciamento, à regularização e à gestão ambiental de empreendimentos, obras, atividades e áreas de interesse municipal junto aos órgãos competentes.	HR	100	R$ 371,25	R$ 37.125,00
TOTAL VALOR ESTIMADO:				**R$ 132.685,50**	

2.3. O valor máximo estimado para está licitação é de R$ 132.685,50(cento e trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos).

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade da Administração Municipal de Nova Esperança do Sudoeste – PR em obter suporte especializado, consultoria e elaboração de estudos, projetos, laudos e pareceres de alta complexidade. A contratação é essencial para dar continuidade a projetos estratégicos de desenvolvimento, garantindo o cumprimento de exigências operacionais, jurídicas e ambientais.

3.2. O Município encontra-se atualmente em um momento de expansão infraestrutural, destacando-se a **fase de implantação da nova Área Industrial**, projeto este que demanda rigoroso planejamento, estudos de viabilidade, projetos de engenharia e licenciamentos detalhados.

3.3. Adicionalmente, o Município foi contemplado com recursos e programas habitacionais junto ao FAR (**Fundo de Arrendamento Residencial**) e à **COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná)**. A implementação desses projetos habitacionais exige uma série de ações contínuas, incluindo acompanhamento de obras, avaliações locais, elaboração de documentos específicos e monitoramento constante para assegurar a conformidade com as diretrizes desses programas.

3.4. O quadro de pessoal efetivo da Prefeitura, embora capacitado, está concentrado nas rotinas operacionais de manutenção e fiscalização diária, não possuindo a disponibilidade necessária para absorver, de forma imediata, o volume de demandas especializadas que a implantação da Área Industrial e o desenvolvimento dos novos conjuntos habitacionais impõem.

3.5. A adoção do sistema de **Registro de Preços** justifica-se pela natureza incerta quanto ao volume exato e à periodicidade da demanda de cada item, permitindo que a Administração acione a empresa contratada de forma célere e precisa, evitando a paralisação de projetos estratégicos por falta de suporte especializado e garantindo a correta aplicação dos recursos destinados pelo FAR e pela COHAPAR, e outros programas de governo que for beneficiado.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

4.1. Os projetos deverão ser entregues na Secretaria de Administração, na Prefeitura de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, localizada na Avenida Iguaçu, Nº. 750, Centro, em até 15 (quinze) dias após a solicitação dos mesmos, devidamente assinados e com todas as cópias necessárias para encaminhamento para os órgãos competentes, para fins de aprovação. Caso o mesmo não seja aprovado ou ser necessário alguma alteração, deverão ser executados pela contratada sem adição de custos.

4.2. Os projetos quando solicitados deverão ser apresentados nos formatos solicitados pela administração, podendo ser em DWG, PDF ou outros.

4.3. Deverão ser apresentados ainda na forma impressa em (03) vias, devidamente assinadas pelo profissional responsável.

4.4. Os profissionais responsáveis pelas elaborações dos projetos deveram estar devidamente registrados nos órgãos competentes.

4.5. Os projetos deverão atender todas as normas vigentes, bem como condições técnicas dos órgãos competentes.

4.6. Os projetos devem respeitar todas as legislações e normas vigentes.

5. JUSTIFICATIVA DO VALOR

5.1. O levantamento de preços foi realizado por meio de orçamentos, sendo fornecidos por 03 (três) empresas, sendo desconsiderado os valores incompatíveis com o mercado e buscado orçamentos em outros municípios de preços compatíveis com os de mercado a fim de evitar o sobre-preço conforme prevê o art. 6, LVI da Lei 14.133/2021, sendo importante ressaltar ainda que para o item especifico de deslocamento, foi utilizado a média de valores de outro processo licitatório.

6. DA VIGÊNCIA

6.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser aditivado e/ou prorrogado, por igual período, sendo que poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que comprovado o preço mais vantajoso, comparado ao preço praticado pelo mercado.

7. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação de que trata este Termo de Referência ocorrerá através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços. O julgamento das propostas deste

certame será pelo critério MENOR PREÇO POR LOTE. Observando os procedimentos administrativos estabelecidos pela Lei 14.133/2021 alterações subsequentes.

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. DA CONTRATADA:

8.2. Cumprir todas as obrigações contidas na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do contrato.

8.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

8.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

8.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8.6. A contratada se responsabiliza por manter o endereço físico e eletrônico para notificações atualizado.

8.7. A entrega dos Laudos, projetos e relatórios presentes nesta contratação deverão ser entregues em no máximo 15 (quinze) dias após a solicitação dos serviços pela administração.

8.8. DA CONTRATANTE:

8.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

8.10. Deverá comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que seja imediatamente corrigido.

8.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e prazo correspondente a contratação.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. A contratação ora pretendida tem por finalidade selecionar empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, pareceres, projetos e capacitações, abrangendo as áreas da administração pública, engenharia, arquitetura, urbanismo, meio ambiente e demais áreas correlatas, conforme as necessidades da Administração Municipal de Nova Esperança do Sudoeste – PR.

9.2. A execução dos serviços será realizada por demanda, em regime de prestação continuada, porém sem dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento, interesse público e sustentabilidade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. Dessa forma, considerando que o objeto pode ser descrito de maneira objetiva e que a seleção da proposta mais vantajosa poderá ser realizada mediante disputa de preços entre licitantes que atendam aos requisitos técnicos previamente estabelecidos, a contratação será processada mediante Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve promover, sempre que possível, o parcelamento do objeto da contratação, com o objetivo de ampliar a competitividade, possibilitar a participação de empresas de diferentes portes e assegurar a obtenção da proposta mais

vantajosa. Todavia, conforme previsto no §1º do referido artigo, a divisão do objeto poderá ser afastada quando demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento, mediante justificativa devidamente fundamentada nos autos do processo.

9.5. A empresa interessada na contratação deverá apresentar a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA/PR. Caso a licitante tenha sede em outro estado e não possua registro junto ao CREA/PR, deverá apresentar a certidão emitida pelo CREA de sua jurisdição, devidamente acompanhada do visto do CREA/PR, válido na data estabelecida para a abertura da licitação.

9.6. A empresa participante deverá demonstrar, conforme previsto no art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, que possui no mínimo 03 (três) anos de atuação comprovada na execução de serviços de natureza equivalente ao objeto desta contratação. Além disso, deverá cumprir todas as exigências relativas à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal, mantendo essas condições regularmente válidas durante toda a vigência do contrato.

9.7. Poderá ser solicitado que a empresa contratada cumpra até 40% (quarenta por cento) das horas junto à sede da Administração Municipal, destinando profissional para cumprir as horas presenciais.

9.8. A empresa contratada deverá disponibilizar equipe multidisciplinar composta por profissionais com qualificação técnica compatível com os serviços, devidamente registrados em seus conselhos de classe (CREA, CAU, CRMV, CRESS, entre outros, conforme aplicável), além de comprovar experiência mínima exigida. Os requisitos de habilitação técnica dos profissionais detalhados, (conforme previsto no Art. 67, da Lei 14.133/2021) inclui:

- Registro profissional atualizado no conselho de classe competente, com visto no estado do Paraná para atuação local. Caso o profissional possua registro em outro estado, deverá apresentar o visto de participação em licitação, devendo convertê-lo para visto de execução após a adjudicação do objeto.
- Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução anterior de serviços similares;
- Deverá ser apresentado comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente;
- Todos os profissionais, deverão comprovar registro nos respectivos órgãos de classe, quando existentes.
- Os (as) profissionais que não possuam órgão de classe, deverão apresentar diploma de graduação.
- Um mesmo profissional poderá atender mais de um quesito solicitado.

9.9. O tempo de experiência, dos profissionais e da empresa será somado de forma contínua. Atestados com sobreposição de datas serão considerados apenas uma vez, valendo o período mais longo.

9.10. A composição mínima da equipe técnica será definida por especialidades específicas (conforme previsto no Art. 67, da Lei 14.133/2021), com detalhamento das formações acadêmicas exigidas, titulações (especializações), tempo mínimo de experiência profissional e comprovação de atuação por meio de declarações de contratantes ou documentos equivalentes, conforme segue:

- Profissional da área de planejamento/gestão urbana, com formação superior e comprovação de vínculo com CREA ou CAU, com no mínimo 02 (dois) anos de experiência na área de planejamento/gestão urbana.
- Profissional da área de geoprocessamento e planejamento urbano, com formação de bacharel em Engenharias Civil e/ou Arquitetura e Urbanismo e/ou Geografia, com especialização em Geoprocessamento, e experiência em levantamentos topográficos e georreferenciamento de pelo menos 02 (dois) anos em atividades no planejamento da gestão pública, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional da área de mobilidade urbana, com formação de bacharel em Engenharias Civil e/ou Arquitetura e Urbanismo e especialização em Mobilidade Urbana; e/ou Mobilidade Urbana e Trânsito; e/ou Gestão, Mobilidade e Segurança no Trânsito; e/ou Planejamento da Mobilidade Urbana; e/ou Gerenciamento de Mobilidade Urbana, com experiência de pelo menos 02(dois) anos em atividades no planejamento da gestão pública, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional da área de supervisão e fiscalização de obras rodoviárias, com formação de bacharel em Engenharias Civil, com experiência em serviços de supervisão e apoio à fiscalização das obras e de serviços de engenharia rodoviária, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional das áreas ambientais e mobilidade urbana, com bacharel em Engenharia Ambiental; e/ou Engenharia Florestal; e/ou Biologia; e/ou Geografia ou correlatas, e especialização e Mobilidade Urbana; e/ou Mobilidade Urbana e Trânsito; e/ou Gestão, Mobilidade e Segurança no Trânsito; e/ou Planejamento da Mobilidade Urbana; e/ou Gerenciamento de Mobilidade Urbana, com experiência de pelo menos 02 (dois) anos em atividades no planejamento da gestão pública, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional da área de projetos de redes de abastecimento, com formação de bacharel em Engenharias Civil e/ou Arquitetura e Urbanismo, com especialização em Geoprocessamento, com experiência em elaboração e acompanhamento técnico de projetos hidráulicos, estrutural e elétrico de implantação de rede de distribuição de água de poços artesianos, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional das áreas de geologia, com formação em Geologia e/ou Engenharia de Minas, com experiência comprovada mínimo de 02 (dois) anos em serviços técnicos de gestão ambiental para o planejamento urbano, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional das áreas de outorga da água, com formação em Geologia e/ou Engenharia de Minas, com experiência em elaboração e acompanhamento técnico de projetos hidráulicos, estrutural e elétrico de implantação de rede de distribuição de

água de poços artesianos, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.

- Profissional da área de manejo florestal, com bacharel em Engenharia Florestal e/ou Biologia, com especialização em Manejo Florestal e/ou Ciências Florestais e/ou Recursos Florestais e experiência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos em área de gestão pública e/ou planejamento urbano, mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional da área de recursos hídricos e saneamento ambiental em planejamento urbano com bacharel em Engenharia Ambiental e/ou Engenharia Florestal e/ou Engenharia Sanitária e/ou Biologia e/ou Geografia, com especialização nas áreas de Recursos Hídricos e/ou Saneamento Ambiental, e experiência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos em gestão ambiental de planejamento urbano, mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.

9.11. A execução do contrato observará os princípios da sustentabilidade, devendo a empresa contratada adotar boas práticas ambientais, econômicas e sociais, visando à eficiência na aplicação dos recursos públicos e à redução de impactos decorrentes da execução dos serviços.

10. DA JUSTIFICATIVA DE LOTE UNICO

10.1. No presente caso, após análise da natureza, da forma de execução e da interdependência das atividades pretendidas, verifica-se que a divisão do objeto em lotes poderá comprometer a eficiência, a economicidade e a adequada gestão contratual. Os serviços demandam atuação coordenada de equipe multidisciplinar, com planejamento integrado, padronização metodológica e condução unificada das atividades técnicas a serem prestadas às diferentes áreas da Administração Municipal.

10.2. A fragmentação da contratação entre diversos fornecedores poderia gerar descontinuidade na execução dos serviços, dificuldades de compatibilização entre documentos técnicos, divergências metodológicas, atrasos na consolidação das informações e maior complexidade na fiscalização contratual. Além disso, a natureza das demandas municipais exige que os trabalhos sejam conduzidos de forma sistêmica, considerando a relação entre planejamento urbano, meio ambiente, engenharia, arquitetura, regularização, políticas públicas e gestão administrativa.

10.3. A eventual divisão do objeto também poderia ocasionar:

- aumento do custo global, em razão da duplicação de estruturas de gerenciamento, comunicação, planejamento e acompanhamento técnico;
- risco de incompatibilidade entre metodologias, documentos, prazos, produtos e cronogramas de execução;
- dificuldades na gestão contratual, especialmente quanto à fiscalização, controle, responsabilização e integração das entregas realizadas por múltiplos executores;
- prejuízo à padronização técnica dos documentos produzidos para atendimento das demandas municipais;
- redução da eficiência administrativa, diante da necessidade de articulação permanente entre diferentes empresas contratadas para atividades correlatas.

10.4. Dessa forma, a contratação global mostra-se tecnicamente mais adequada, eficiente e vantajosa para o Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, pois permite maior integração dos serviços, melhor controle institucional, padronização das entregas, otimização dos recursos públicos e maior segurança na execução das atividades contratadas.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado com base nas horas técnicas efetivamente realizadas, mediante apresentação de relatórios de execução devidamente validados pelo fiscal do contrato, com periodicidade mensal, condicionado à regular liquidação da despesa, à disponibilidade orçamentária e financeira da Administração e ao cumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato serão realizados pelo Responsável Diretor de Convênios e Projetos, Sr. Elcimar Augustinho Faust. Para mais informações entrar em contato pelo telefone (46)98409-9144, e-mail: elcimar.faust@gmail.com.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, ainda que resultem de condições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

12.3. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, citado acima, procederá ao registro das ocorrências e adotará as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no instrumento contratual que será firmado entre as partes.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente prestação de serviços correrão a conta dos recursos previstos na seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	CATEGORIA

ANA PAULA BONETTI
Secretária Municipal de Administração

PARECER CONTÁBIL Nº 71/2026

Assunto: Consulta sobre existência de dotação orçamentária
Origem: Departamento de Contabilidade
Interessado: Departamento Municipal de Administração

DO OBJETO:

O Departamento Municipal de Administração, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, solicita parecer quanto à existência de dotação orçamentária para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste.

1. **Do Diagnóstico**
   a. Verificou-se que há previsão legal de dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA) para atender parcialmente às obrigações referentes à contratação pretendida.
   b. Contudo, **não há neste momento**, recursos orçamentários suficientes ou disponibilidade financeira integral para execução completa do objeto pelo valor estimado de R$ **132.685,50** (cento e trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), correspondente à expectativa de gastos no período de 12 (doze) meses.
2. **Da Lei Aplicável**
   a. Conforme artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, é condição essencial à contratação a existência de **disponibilidade de créditos orçamentários** no momento da contratação e a cada exercício financeiro.
   b. A Lei nº 4.320/1964 e normativas municipais aplicáveis também exigem dotação suficiente para obrigar-se financeiramente.
3. **Das Recomendações para viabilidade**
   a. Realização de processo licitatório na modalidade de Registro de Preços, conforme sugerido, para permitir que cada aquisição seja empenhada conforme disponibilidade orçamentária.
   b. Execução parcelada, atendendo às demandas conforme necessidade, para evitar contrair obrigações sem cobertura financeira.
   c. Caso haja risco de elevação de preços ou variação cambial (se aplicável), prever margem ou dotação adicional.
   d. Incluir estimativa de restos a pagar, encargos, manutenção ou variação de insumos, para compor previsão orçamentária futura.
4. **Das Dotações Orçamentárias**
   a. As despesas relativas à contratação ocorrerão por conta das dotações abaixo discriminadas:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Órgão	Cód. Desp.	Natureza da Despesa	Fonte	Valor
03.02	1216	33.90.39.05.00	000	132.685,50
TOTALIZANDO.....				**132.685,50**

Os créditos orçamentários serão liberados no momento da formalização do(s) contrato(s), ou mediante emissão dos empenhos correspondentes, observando-se a legislação vigente quanto à movimentação orçamentária e financeira.

5. **Das Responsabilidades e Condições**
   a. A Administração Municipal, por meio dos setores responsáveis (Finanças, Planejamento, Contabilidade), deverá assegurar que em cada etapa de aquisição haja cobertura orçamentária e financeira.
   b. Em caso de ausência de arrecadação ou de redução de receitas, revisar imediatamente a programação de compras.
   c. Manter registros transparentes e documentação do planejamento e execução disponíveis para controle interno e externo.

CONCLUSÃO:

Atesto que, com base na análise dos documentos apresentados, existe **dotação orçamentária parcial e previsão legal** para a contratação do objeto em questão, **desde que** observadas as condições de liberação de crédito, emissão de empenho e execução parcelada. Ressalto, porém, que a efetiva execução dependerá de disponibilidade financeira concreta.

Esse parecer é emitido em duas vias de igual teor.

Nova Esperança do Sudoeste, 22 de outubro de 2026.

MARIA EDINA DE OLIVEIRA:60348402953

Assinado de forma digital por MARIA EDINA DE OLIVEIRA:60348402953
Dados: 2026.10.22 11:45:49 -03'00'

MARIA EDINA DE OLIVEIRA
Contadora
CRC-PR-029714/O-8

COMUNICAÇÃO INTERNA DEPARTAMENTO JURIDICO

DO: PREGOEIRO

PARA: PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL

REFERENTE AO: PREGÃO ELETRÔNICO N°. 52/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

Encaminhamos em anexo, a minuta do instrumento convocatório da licitação e a minuta do instrumento contratual para análise e emissão de parecer para continuidade do processo.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, 23 de outubro de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
TIAGO MARTINS
Data: 23/10/2026 08:25:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TIAGO MARTINS
Pregoeiro

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026

PLATAFORMA COMPRAS.GOV.BR: PREGÃO ELETRÔNICO 985477 – 25/2026

Objeto: **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.**

1 – PREÂMBULO

O Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, com sua sede localizada na Avenida Iguaçu, 750, Centro, Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, através do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Sudoeste do Paraná – DIOEMS, Jornal Tribuna Diário e PNCP informa que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo Menor preço por lote/grupo de itens.
O pregão será realizado pelo Pregoeiro indicado: **Tiago Martins** e Equipe de Apoio composta pela servidora: **Lidiani Júlia Araujo** designados pela Portaria Nº. 080/2025, de 12 de fevereiro de 2025, sendo regido pela Lei 14.133/2021 e suas alterações, além do Decreto Municipal nº. 76/2023, de 20 de dezembro de 2023, pertinente ao Pregão, pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Em 11 de novembro de 2026, às 09h00min
UASG: 985477 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Compras.gov.br (www.compras.gov.br)
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pregão nº 52/2026 - ELETRÔNICO
Site: **www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br** ou no endereço eletrônico **Compras.gov.br (www.compras.gov.br).**
E-mail: licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília – DF

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Comprasgov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 - DAS DISPOSIÇÕES RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

2.1 - A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia 11 de novembro de 2026, no site **Compras.gov.br (www.compras.gov.br)**, nos termos das condições descritas neste Edital.
2.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, denominado Pregoeiro, nomeado pela Portaria Nº. 080/2025, de 12 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná.
2.3 – Em caso de dúvidas quanto as descrições, quantitativo e valores deverá ser entrado em contato com a Secretaria de Administração, pelo telefone (46) 92001-7959 ou pelo e-mail: gabineteprefeito@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, ao Pregoeiro e a equipe de apoio cabe apenas sanar dúvidas relativas as condições e critérios estabelecidos no edital.
2.4 – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
2.4.1 - Os interessados poderão solicitar esclarecimentos e pedidos de impugnações quanto ás disposições do presente edital devendo protocolar a solicitação no Departamento de Licitação presencialmente ou pelo e-mail: licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/21.
2.4.2 - As respostas serão prestadas pelo pregoeiro, no prazo de até 03 (três) dias a contar do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, por escrito, e encaminhadas por meio eletrônico ao consulente e publicadas no site oficial da Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, para ciência de todos os interessados.

3 - OBJETO

3.1 – Constitui o objeto da presente o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos,**

pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, conforme condições abaixo:

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação todos os interessados que atendam as seguintes condições:
a) preencham os requisitos legais para o exercício da atividade objeto do presente certame e tenham em seu cartão CNPJ ou Contrato Social descrição do ramo de atividade compatível com o objeto deste certame;
4.2. Não poderão participar direta e indiretamente da presente licitação, os interessados que:
a) tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
b) constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item a, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios.
c) tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item b;
d) não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
e) mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
f) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente, sendo que se considera participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;
g) as pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
h) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, e a empresa, isoladamente ou em consórcio, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, em ambos os casos quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
4.3. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
4.4. As pequenas empresas que desejarem participar do certame para o tratamento diferenciado com os benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006, e alterações posteriores, deverão comprovar tal situação, antes da abertura da sessão de propostas.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro ou enviados via e-mail (licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br).
5.1.1 - O Pregoeiro poderá solicitar na mesma sessão pública do Pregão Eletrônico a documentação da empresa classificada em segundo e terceiro lugares, e assim sucessivamente, para garantir a aquisição do objeto dentro das exigências do Edital.
5.1.2 - As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital.

6 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR 123/2006

6.1 - A empresa interessada no exercício dos direitos dispostos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores deverão apresentar juntamente com a documentação para habilitação, a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, acompanhada pela Certidão Simplificada de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte atualizada, expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da Licitante.
6.2 - Da comprovação da regularidade fiscal e do direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte (LC nº 123).
6.2.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de sua regularidade fiscal, **mesmo que apresente alguma restrição, neste caso sendo habilitadas sob condições**.
6.2.2 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ser declarada vencedora do certame e havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do licitador, para a regularização da restrição e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

6.2.3 - As certidões deverão ser entregues à comissão de licitação dentro do prazo acima, para efeito de posterior assinatura de contrato, sob pena de decair o direito à contratação da proponente e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.
6.2.4 - Caso a proponente vencedora não apresente os documentos exigidos, ou não ocorrendo à contratação ou a apresentação de nova proposta de preços pela microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese previstas na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, segundo a ordem de classificação.
6.2.5 - Na hipótese de não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos dos itens anteriores, o objeto será adjudicado em favor da proposta de menor preço originalmente vencedora do certame.

7 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - As despesas decorrentes desta licitação serão verificadas a disponibilidade de recursos orçamentários para assegurar as obrigações a cada emissão de Autorização de Compra/empenho feita por este Município.
7.2 - O pagamento será efetuado, após a prestação dos serviços, vistoria e aprovação do responsável pelo órgão fiscalizador, em moeda brasileira corrente, até 30 (trinta) dias após a vistoria e aprovação, a contratada deverá fazer a apresentação correta da nota fiscal/fatura dos serviços prestados e documentos pertinentes.

8 – DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

8.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
8.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
8.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
8.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
8.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
8.5.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9 – DO CREDENCIAMENTO

9.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
9.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
9.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
9.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
9.4.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de

julgamento.
10.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
10.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
10.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
10.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
10.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
10.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
10.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
10.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
10.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 10.4 ou 10.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
10.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
10.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
10.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
10.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
10.10.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
10.10.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
10.11 - O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
10.11.1 - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
10.11.2 - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
10.12 - O valor final mínimo parametrizado na forma do item 10.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
10.13 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
10.14 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

11 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
11.1.1 - Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

11.1.2 - Indicação/especificação do item e marca;
11.1.3 - Fabricante;
11.1.4 - Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
11.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
11.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
11.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
11.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
11.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
11.7 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
11.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de sua apresentação.
11.9 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Nova Esperança do Sudoeste.
11.10 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
11.11 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

12 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data de 11 de novembro de 2026.
12.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
12.2.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
12.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
12.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
12.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
12.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
12.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
12.6 - O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.
12.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
12.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
12.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01 (um centavo).
12.10 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
12.11 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
12.12 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os

licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
12.12.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
12.12.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
12.12.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
12.12.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
12.12.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
12.13 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
12.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
12.15 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
12.16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
12.17 - O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO DE ITENS** conforme definido neste Edital e seus anexos.
12.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
12.19 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
12.20 - Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
12.20.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
12.20.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
12.20.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
12.20.4 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. SOB PENA DE NÃO ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.
12.20.5 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou por e-mail, antes de findo o prazo.
12.20.6 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de cartilha, catálogos, folhetos, propostas ou amostras, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
12.21 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
12.22 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
12.23 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13 – DA FASE DE JULGAMENTO

13.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

13.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

13.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

13.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

13.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

13.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

13.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital.

13.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

13.7 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

13.7.1 - contiver vícios insanáveis;

13.7.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

13.7.3 - apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

13.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

13.7.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

13.8 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

13.8.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

13.8.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

13.8.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

13.9 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

13.10 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

13.11 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

13.12 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

14 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

14.1 - No julgamento das Propostas será considerado o Menor preço por lote/grupo de itens.

15 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

15.1 - Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

15.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

15.3 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

15.4 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

15.5 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.6 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.7 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

15.7.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

15.7.2 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

15.8 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.8.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

15.9 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

15.9.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem neste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

15.9.2- Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

15.10 - Após a entrega dos documentos para habilitação, será admitida, expressamente e uma única vez, a complementação da documentação exigida no edital para habilitação no certame, no prazo máximo de 02 (duas) horas.

15.11 - A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que emitira a nota fiscal/fatura.

15.12 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.13 - A documentação relativa à HABILITAÇÃO consistirá em:

15.13.1 - Contrato Social, última alteração, autenticada em cartório ou digitalmente;
15.13.2 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
15.13.3 - Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, no âmbito de suas competências, pela apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
15.13.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
15.13.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
15.13.6 - Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**;
15.13.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.**
15.13.8 - Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade; (será considerado dentro do prazo de validade, 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão);
15.13.9 - Declaração unificada, conforme modelo do edital;
15.13.10 – Deverá ser observados os documentos exigidos no item 9 do anexo I – termo de referência com relação a Qualificação Técnica.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da

CONTRATADA, sujeitando-a as seguintes penalidades:
I – Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
II – Multa, nos seguintes percentuais:
a) multa no importe de, no mínimo, 0,5% (cinco décimas por cento) e de, no máximo, 30% (trinta por cento) do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, podendo ainda ser rescindido o contrato e aplicadas outras penalidades.
III – Suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
V – Rescisão unilateral do Contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;
VI – Indenização à CONTRATANTE da diferença de custo para contratação de outro licitante;
VII – As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
VIII – Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
a) Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.
§ 1º - A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e da Lei Municipal 2.598/23, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.
§ 2º - As multas estipuladas no inciso II desta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.
§ 3º - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.
§ 4º - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do serviço for devidamente justificado pela firma e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

17. PRÁTICAS DE ANTICORRUPÇÃO

17.1 - Adotar práticas de anticorrupção, observando e fazendo observar, em toda gestão, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução, evitando práticas corruptas e fraudulentas;
17.2 - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou de contratos financiados com recursos repassados pela esfera estadual. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:
a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
c) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
e) Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.
17.3 - Concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas.

18 - DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

18.2. A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

18.3. Órgão Gerenciador – órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

18.4. Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

18.5. O Órgão Gerenciador do presente SRP será o Município de Nova Esperança do Sudoeste.

18.6. A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de 12 (doze) meses da data de sua assinatura.

18.7. A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

18.8. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

18.9. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

19 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e os preços propostos;

19.2. No Caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Nova Esperança do Sudoeste convocará os demais licitantes, na ordem de classificação.

20 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

20.2. Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gestor da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

20.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

20.4. O Município de Nova Esperança do Sudoeste, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos.

21 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser aditivado e/ou prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 39/2025. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o Município poderá renovar o quantitativo dos itens conforme a quantidade original, desde que comprovada a vantajosidade ao Município conforme prevê o art. 13º do Decreto Municipal nº 39/2025.

22 - ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

22.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observando sempre o valor inicial do lote na licitação
22.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
22.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação
22.5. A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.
22.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

23 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:
b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) presentes razões de interesse público.
23.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
23.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

24 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. Os projetos deverão ser entregues na Secretaria de Administração, na Prefeitura de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, localizada na Avenida Iguaçu, Nº. 750, Centro, em até 15 (quinze) dias após a solicitação dos mesmos, devidamente assinados e com todas as cópias necessárias para encaminhamento para os órgãos competentes, para fins de aprovação. Caso o mesmo não seja aprovado ou ser necessário alguma alteração, deverão ser executados pela contratada sem adição de custos.
24.2. Os projetos quando solicitados deverão ser apresentados nos formatos solicitados pela administração, podendo ser em DWG, PDF ou outros.
24.3. Deverão ser apresentados ainda na forma impressa em (03) vias, devidamente assinadas pelo profissional responsável.
24.4. Os profissionais responsáveis pelas elaborações dos projetos deveram estar devidamente registrados nos órgãos competentes.
24.5. Os projetos deverão atender todas as normas vigentes, bem como condições técnicas dos órgãos competentes.
24.6. Os projetos devem respeitar todas as legislações e normas vigentes.

25 – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

25.1. Em observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as partes envolvidas neste procedimento licitatório comprometem-se a tratar os dados pessoais coletados, utilizados, armazenados ou de qualquer forma processados durante a execução deste certame e eventual contratação, em conformidade com os princípios e as regras estabelecidos pela referida legislação.
25.2. O licitante declara estar ciente de que poderá ter acesso a dados pessoais no decorrer da execução contratual, devendo utilizá-los exclusivamente para as finalidades relacionadas ao objeto do contrato, comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
25.3. O descumprimento das obrigações previstas na LGPD sujeitará o licitante/contratado às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo das penalidades contratuais e legais aplicáveis.

25.4. A Administração Pública, na condição de controladora dos dados pessoais, compromete-se igualmente a observar as disposições da LGPD quanto ao tratamento, guarda e compartilhamento de informações obtidas durante o processo licitatório e execução contratual, garantindo os direitos dos titulares de dados.

26 - DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 – A apresentação da proposta é considerada como evidência suficiente de que o proponente aceita todas as instruções deste Edital.

26.2 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Nova Esperança do Sudoeste, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

26.3. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

26.4 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

26.5 - Até a assinatura da ata de registro de preços, poderá o proponente vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Município de Nova Esperança do Sudoeste, tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

26.6 – A Homologação final é irrecorrível compete única e exclusivamente ao Prefeito.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, 23 de outubro de 2026.

JAIME DA SILVA STANG:71824634900
Assinado de forma digital por JAIME DA SILVA STANG:71824634900
Dados: 2026.10.23 10:13:45 -03'00'

JAIME DA SILVA STANG
PREFEITO MUNICIPAL

gov.br
Documento assinado digitalmente
TIAGO MARTINS
Data: 23/10/2026 08:25:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TIAGO MARTINS
PREGOEIRO

ANEXO I – TERMO DE REFÊRENCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026

1. O presente documento apresenta a especificação técnica e a quantidade dos lotes objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026, bem como condições de recebimento, prazo e local de entrega, de acordo com as especificações contidas neste edital.

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é a **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.,** observadas as características e demais condições definidas neste edital e seus anexos.

2.2. Os objetos a serem adquiridos são os seguintes, com as especificações técnicas conforme solicitação de compra emitida pela Secretaria de Administração:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Acompanhamento e elaboração de estudos técnicos e laudos técnicos a partir de testes, sondagens, ensaios e análises, inclusive laboratoriais, que demandem atuação de equipe técnica especializada.	HRR	100	383,25	38.325,00
	2	Produção de análises, laudos, pareceres técnicos e periciais, gerenciamento técnico, elaboração de projetos, atualização e manutenção de sistemas necessários à continuidade de programas, obras e ações de interesse municipal	HRR	100	398,58	39.858,00
	3	Levantamento e análise de documentos e dados; Reconhecimento de área e avaliações locais por meio de visitas in loco; Assessoria, consultoria e elaboração de laudos técnicos para atender a exigências de departamentos de nível federal, estadual e municipal, da justiça e do legislativo; Acompanhamento, monitoramento, orientação e avaliação das atividades dos setores responsáveis pela área técnica de gestão e projetos de Administração Municipal.	HRR	100	365,40	36.540,00
	4	Concepção, elaboração e acompanhamento de análises, estudos, projetos e documentos técnicos voltados ao licenciamento, à regularização e à gestão ambiental de empreendimentos, obras, atividades e áreas de interesse municipal junto aos órgãos competentes.	HRR	100	371,25	37.125,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE						**R$ 151.848,00**

2.3. O valor máximo estimado para está licitação é de **R$151.848,00 (Cento e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e oito reais).**

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade da Administração Municipal de Nova Esperança do Sudoeste – PR em obter suporte especializado, consultoria e elaboração de estudos, projetos, laudos e pareceres

de alta complexidade. A contratação é essencial para dar continuidade a projetos estratégicos de desenvolvimento, garantindo o cumprimento de exigências operacionais, jurídicas e ambientais.
3.2. O Município encontra-se atualmente em um momento de expansão infraestrutural, destacando-se a **fase de implantação da nova Área Industrial**, projeto este que demanda rigoroso planejamento, estudos de viabilidade, projetos de engenharia e licenciamentos detalhados.
3.3. Adicionalmente, o Município foi contemplado com recursos e programas habitacionais junto ao **FAR (Fundo de Arrendamento Residencial)** e à **COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná)**. A implementação desses projetos habitacionais exige uma série de ações contínuas, incluindo acompanhamento de obras, avaliações locais, elaboração de documentos específicos e monitoramento constante para assegurar a conformidade com as diretrizes desses programas.
3.4. O quadro de pessoal efetivo da Prefeitura, embora capacitado, está concentrado nas rotinas operacionais de manutenção e fiscalização diária, não possuindo a disponibilidade necessária para absorver, de forma imediata, o volume de demandas especializadas que a implantação da Área Industrial e o desenvolvimento dos novos conjuntos habitacionais impõem.
3.5. A adoção do sistema de **Registro de Preços** justifica-se pela natureza incerta quanto ao volume exato e à periodicidade da demanda de cada item, permitindo que a Administração acione a empresa contratada de forma célere e precisa, evitando a paralisação de projetos estratégicos por falta de suporte especializado e garantindo a correta aplicação dos recursos destinados pelo FAR e pela COHAPAR, e outros programas de governo que for beneficiado.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
4.1. Os projetos deverão ser entregues na Secretaria de Administração, na Prefeitura de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, localizada na Avenida Iguaçu, Nº. 750, Centro, em até 15 (quinze) dias após a solicitação dos mesmos, devidamente assinados e com todas as cópias necessárias para encaminhamento para os órgãos competentes, para fins de aprovação. Caso o mesmo não seja aprovado ou ser necessário alguma alteração, deverão ser executados pela contratada sem adição de custos.
4.2. Os projetos quando solicitados deverão ser apresentados nos formatos solicitados pela administração, podendo ser em DWG, PDF ou outros.
4.3. Deverão ser apresentados ainda na forma impressa em (03) vias, devidamente assinadas pelo profissional responsável.
4.4. Os profissionais responsáveis pelas elaborações dos projetos deveram estar devidamente registrados nos órgãos competentes.
4.5. Os projetos deverão atender todas as normas vigentes, bem como condições técnicas dos órgãos competentes.
4.6. Os projetos devem respeitar todas as legislações e normas vigentes.
4.7. Poderá ser solicitado que a empresa contratada cumpra até 40% (quarenta por cento) das horas junto à sede da Administração Municipal, destinando profissional para cumprir as horas presenciais.

5. JUSTIFICATIVA DO VALOR
5.1. O levantamento de preços foi realizado por meio de orçamentos, sendo fornecidos por 03 (três) empresas, sendo desconsiderado os valores incompatíveis com o mercado e buscado orçamentos em outros municípios de preços compatíveis com os de mercado a fim de evitar o sobre-preço conforme prevê o art. 6, LVI da Lei 14.133/2021, sendo importante ressaltar ainda que para o item especifico de deslocamento, foi utilizado a média de valores de outro processo licitatório.

6. DA VIGÊNCIA
6.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser aditivado e/ou prorrogado, por igual período, sendo que poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que comprovado o preço mais vantajoso, comparado ao preço praticado pelo mercado.

7. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
7.1. A contratação de que trata este Termo de Referência ocorrerá através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços. O julgamento das propostas deste certame será pelo critério **MENOR PREÇO POR LOTE.** Observando os procedimentos administrativos estabelecidos pela Lei 14.133/2021 alterações subsequentes.

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES
8.1. DA CONTRATADA:

8.2. Cumprir todas as obrigações contidas na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do contrato.
8.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
8.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
8.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
8.6. A contratada se responsabiliza por manter o endereço físico e eletrônico para notificações atualizado.
8.7. A entrega dos Laudos, projetos e relatórios presentes nesta contratação deverão ser entregues em no máximo 15 (quinze) dias após a solicitação dos serviços pela administração.
8.8. DA CONTRATANTE:
8.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;
8.10. Deverá comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que seja imediatamente corrigido.
8.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e prazo correspondente a contratação.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
9.1. A empresa interessada na contratação deverá apresentar a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA/PR. Caso a licitante tenha sede em outro estado e não possua registro junto ao CREA/PR, deverá apresentar a certidão emitida pelo CREA de sua jurisdição, devidamente acompanhada do visto do CREA/PR, válido na data estabelecida para a abertura da licitação.
9.2. A empresa participante deverá demonstrar, conforme previsto no art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, que possui no mínimo 03 (três) anos de atuação comprovada na execução de serviços de natureza equivalente ao objeto desta contratação. Além disso, deverá cumprir todas as exigências relativas à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal, mantendo essas condições regularmente válidas durante toda a vigência do contrato.
9.3. A empresa contratada deverá disponibilizar equipe multidisciplinar composta por profissionais com qualificação técnica compatível com os serviços, devidamente registrados em seus conselhos de classe (CREA, CAU, CRMV, CRESS, entre outros, conforme aplicável), além de comprovar experiência mínima exigida. Os requisitos de habilitação técnica dos profissionais detalhados, (conforme previsto no Art. 67, da Lei 14.133/2021) inclui:

- Registro profissional atualizado no conselho de classe competente, com visto no estado do Paraná para atuação local. Caso o profissional possua registro em outro estado, deverá apresentar o visto de participação em licitação, devendo convertê-lo para visto de execução após a adjudicação do objeto.
- Apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução anterior de serviços similares;
- Deverá ser apresentado comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente;
- Todos os profissionais, deverão comprovar registro nos respectivos órgãos de classe, quando existentes.
- Os (as) profissionais que não possuam órgão de classe, deverão apresentar diploma de graduação.
- Um mesmo profissional poderá atender mais de um quesito solicitado.

9.4. O tempo de experiência, dos profissionais e da empresa será somado de forma contínua. Atestados com sobreposição de datas serão considerados apenas uma vez, valendo o período mais longo.
9.5. A composição mínima da equipe técnica será definida por especialidades específicas (conforme previsto no Art. 67, da Lei 14.133/2021), com detalhamento das formações acadêmicas exigidas, titulações (especializações), tempo mínimo de experiência profissional e comprovação de atuação por meio de declarações de contratantes ou documentos equivalentes, conforme segue:

- Profissional da área de planejamento/gestão urbana, com formação superior e comprovação de vínculo com CREA ou CAU, com no mínimo 02 (dois) anos de experiência na área de planejamento/gestão urbana.
- Profissional da área de geoprocessamento e planejamento urbano, com formação de bacharel em Engenharias Civil e/ou Arquitetura e Urbanismo e/ou Geografia, com especialização em Geoprocessamento, e experiência em levantamentos topográficos e georreferenciamento de pelo menos 02 (dois) anos em atividades no planejamento da gestão pública, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.

- Profissional da área de mobilidade urbana, com formação de bacharel em Engenharias Civil e/ou Arquitetura e Urbanismo e especialização em Mobilidade Urbana; e/ou Mobilidade Urbana e Trânsito; e/ou Gestão, Mobilidade e Segurança no Trânsito; e/ou Planejamento da Mobilidade Urbana; e/ou Gerenciamento de Mobilidade Urbana, com experiência de pelo menos 02(dois) anos em atividades no planejamento da gestão pública, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional da área de supervisão e fiscalização de obras rodoviárias, com formação de bacharel em Engenharias Civil, com experiência em serviços de supervisão e apoio à fiscalização das obras e de serviços de engenharia rodoviária, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional das áreas ambientais e mobilidade urbana, com bacharel em Engenharia Ambiental; e/ou Engenharia Florestal; e/ou Biologia; e/ou Geografia ou correlatas, e especialização e Mobilidade Urbana; e/ou Mobilidade Urbana e Trânsito; e/ou Gestão, Mobilidade e Segurança no Trânsito; e/ou Planejamento da Mobilidade Urbana; e/ou Gerenciamento de Mobilidade Urbana, com experiência de pelo menos 02 (dois) anos em atividades no planejamento da gestão pública, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional da área de projetos de redes de abastecimento, com formação de bacharel em Engenharias Civil e/ou Arquitetura e Urbanismo, com especialização em Geoprocessamento, com experiência em elaboração e acompanhamento técnico de projetos hidráulicos, estrutural e elétrico de implantação de rede de distribuição de água de poços artesianos, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional das áreas de geologia, com formação em Geologia e/ou Engenharia de Minas, com experiência comprovada mínimo de 02 (dois) anos em serviços técnicos de gestão ambiental para o planejamento urbano, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional das áreas de outorga da água, com formação em Geologia e/ou Engenharia de Minas, com experiência em elaboração e acompanhamento técnico de projetos hidráulicos, estrutural e elétrico de implantação de rede de distribuição de água de poços artesianos, comprovada mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional da área de manejo florestal, com bacharel em Engenharia Florestal e/ou Biologia, com especialização em Manejo Florestal e/ou Ciências Florestais e/ou Recursos Florestais e experiência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos em área de gestão pública e/ou planejamento urbano, mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.
- Profissional da área de recursos hídricos e saneamento ambiental em planejamento urbano com bacharel em Engenharia Ambiental e/ou Engenharia Florestal e/ou Engenharia Sanitária e/ou Biologia e/ou Geografia, com especialização nas áreas de Recursos Hídricos e/ou Saneamento Ambiental, e experiência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos em gestão ambiental de planejamento urbano, mediante apresentação de declaração emitida pelo contratante ou outro documento equivalente.

10. DA JUSTIFICATIVA DE LOTE UNICO

10.1. No presente caso, após análise da natureza, da forma de execução e da interdependência das atividades pretendidas, verifica-se que a divisão do objeto em lotes poderá comprometer a eficiência, a economicidade e a adequada gestão contratual. Os serviços demandam atuação coordenada de equipe multidisciplinar, com planejamento integrado, padronização metodológica e condução unificada das atividades técnicas a serem prestadas às diferentes áreas da Administração Municipal.

10.2. A fragmentação da contratação entre diversos fornecedores poderia gerar descontinuidade na execução dos serviços, dificuldades de compatibilização entre documentos técnicos, divergências metodológicas, atrasos na consolidação das informações e maior complexidade na fiscalização contratual. Além disso, a natureza das demandas municipais exige que os trabalhos sejam conduzidos de forma sistêmica, considerando a relação entre planejamento urbano, meio ambiente, engenharia, arquitetura, regularização, políticas públicas e gestão administrativa.

10.3. A eventual divisão do objeto também poderia ocasionar:

- aumento do custo global, em razão da duplicação de estruturas de gerenciamento, comunicação, planejamento e acompanhamento técnico;

- risco de incompatibilidade entre metodologias, documentos, prazos, produtos e cronogramas de execução;
- dificuldades na gestão contratual, especialmente quanto à fiscalização, controle, responsabilização e integração das entregas realizadas por múltiplos executores;
- prejuízo à padronização técnica dos documentos produzidos para atendimento das demandas municipais;
- redução da eficiência administrativa, diante da necessidade de articulação permanente entre diferentes empresas contratadas para atividades correlatas.

10.4. Dessa forma, a contratação global mostra-se tecnicamente mais adequada, eficiente e vantajosa para o Município de Nova Esperança do Sudoeste – PR, pois permite maior integração dos serviços, melhor controle institucional, padronização das entregas, otimização dos recursos públicos e maior segurança na execução das atividades contratadas.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado com base nas horas técnicas efetivamente realizadas, mediante apresentação de relatórios de execução devidamente validados pelo fiscal do contrato, com periodicidade mensal, condicionado à regular liquidação da despesa, à disponibilidade orçamentária e financeira da Administração e ao cumprimento das obrigações contratuais pela empresa contratada.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato serão realizados pelo Responsável Diretor de Convênios e Projetos, Sr. Elcimar Augustinho Faust. Para mais informações entrar em contato pelo telefone (46)98409-9144, e-mail: elcimar.faust@gmail.com.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, ainda que resultem de condições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

12.3. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, citado acima, procederá ao registro das ocorrências e adotará as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no instrumento contratual que será firmado entre as partes.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes desta licitação serão verificadas a disponibilidade de recursos orçamentários para assegurar as obrigações a cada emissão de Autorização de Compra/empenho feita por este Município.

ANA PAULA BONETTI
Secretária Municipal de Administração

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
(documento obrigatório)
(papel timbrado da licitante)

Ao Pregoeiro

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 52/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026

NOME DA EMPRESA: **CNPJ:** **ENDEREÇO:**

Apresentamos nossa proposta para entrega do objeto abaixo da presente licitação, modalidade **Pregão Eletrônico nº. 52/2026**, acatando todas as estipulações consignadas no anexo I do edital, conforme abaixo:

Item	Descrição do item	Qtd	Prestador dos Serviços	Valor Unit	Valor Total
	Valor Total		**R$**		

Valor total da proposta: R$ _____ (_____).

Declaramos que os produtos cotados atendem a todas as especificações do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº. 52/2026.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____12 (doze) meses a partir da data de emissão da proposta.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA: Conforme Edital

PAGAMENTO: Conforme Edital.

DEMAIS CONDIÇÕES: Conforme Edital

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(documento obrigatório)
(papel timbrado da licitante)

Ao Pregoeiro

Do
Município de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 52/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, além de cumprir com o disposto no § 2º do art. 4 da Lei nº 14.133/21.
*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, incluindo possíveis processos administrativos, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: ()
Banco: C/C: Chave Pix (se houver):

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em informar o Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico n.º 52/**2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços.

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 52/2026, homologado em, firmam as partes a presente ata de registro de preços, nos termos abaixo:

ORGÃO GESTOR: O **MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – PR**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, nº 750, Centro, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. **JAIME DA SILVA STANG**, brasileiro, solteiro, inscrito no RG nº 1958087-3 SESP-PR, CPF/MF nº 718.246.349-00, residente e domiciliado em Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná.

DETENTOR DA ATA: _____, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____ e Inscrição Estadual nº _____, situada na ____, ____, na cidade de _____, Estado _____, neste ato representada pelo(a) senhor(a), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob nº. e Cédula de Identidade nº. SSP/, residente e domiciliada na cidade de _____ .

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O presente Contrato tem por objeto **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.,** conforme quantidades e especificações técnicas mínimas relacionadas abaixo e constantes da proposta da contratada que passa a fazer parte integrante deste contrato:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	PRESTADOR DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser aditivado e/ou prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 39/2025. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o Município poderá renovar o quantitativo dos itens conforme a quantidade original, desde que comprovada a vantajosidade ao Município conforme prevê o art. 13º do Decreto Municipal nº 39/2025.

2.2 – No caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os valores dos itens poderão ser reajustados de acordo com o índice do INPC acumulado dos últimos doze meses ou outro índice desde que acordado entre ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

3.1.2 – Os Órgãos e entidades da Administração municipal, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

3.1.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, quando os quantitativos forem superiores aos previstos em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.1.4 – O Município de Nova Esperança do Sudoeste, órgão gerenciador do SRP será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos;

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº.52/2026.

3.3 - Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2026, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso.

3.4 - O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 52/2026, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os projetos deverão ser entregues na Secretaria de Administração, na Prefeitura de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, localizada na Avenida Iguaçu, Nº. 750, Centro, em até 15 (quinze) dias após a solicitação dos mesmos, devidamente assinados e com todas as cópias necessárias para encaminhamento para os órgãos competentes, para fins de aprovação. Caso o mesmo não seja aprovado ou ser necessário alguma alteração, deverão ser executados pela contratada sem adição de custos.

4.2. Os projetos quando solicitados deverão ser apresentados nos formatos solicitados pela administração, podendo ser em DWG, PDF ou outros.

4.3. Deverão ser apresentados ainda na forma impressa em (03) vias, devidamente assinadas pelo profissional responsável.

4.4. Os profissionais responsáveis pelas elaborações dos projetos deveram estar devidamente registrados nos órgãos competentes.

4.5. Os projetos deverão atender todas as normas vigentes, bem como condições técnicas dos órgãos competentes.

4.6. Os projetos devem respeitar todas as legislações e normas vigentes.

4.7. Poderá ser solicitado que a empresa contratada cumpra até 40% (quarenta por cento) das horas junto à sede da Administração Municipal, destinando profissional para cumprir as horas presenciais.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição da Ata Registro de Preços e pela Autorização de Compra/Empenho, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2 - Convocação para assinatura da Ata Registro de Preços:

5.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) para, no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data da convocação, assinar a Ata Registro de Preços;

5.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e emitida a Autorização de Compra a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada pela empresa;

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observando o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante, a Contratada deverá ter conta pessoa jurídica em nome da mesma para que possa ser efetuado o pagamento.

6.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade Geral ou por e-mail: compras@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, a contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal as certidões negativas relativas a âmbito Federal, FGTS e Trabalhista.

6.4 - A partir da determinação da Instrução Normativa da Receita Federal, nº 2145/2023, o município deve reter o IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, sobre os valores das contratações de bens e prestação serviços. A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor a ser pago pelo ente público, a alíquota do IRRF constante na Tabela de Retenção (anexo I), que está estabelecida na Instrução Normativa da Receita Federal, nº 1.234/2012. O anexo estabelece as alíquotas e a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado. Com o novo procedimento, as empresas devem obrigatoriamente destacar a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte nos Documentos Fiscais emitidos para o Município. Não sendo seguidas as orientações, a nota fiscal será devolvida para correção.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1 – As execuções dos serviços só estarão caracterizadas mediante solicitação.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 – Os serviços deverão ser prestados de acordo com o edital e posteriormente deverá ser encaminhada a Nota Fiscal/Fatura correspondente, a mesma deverá ser enviada via endereço eletrônico imediatamente após sua emissão para compras@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br, o setor de compras não se responsabiliza por notas que não forem enviadas ou entregues diretamente ao setor.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - A gestão e a fiscalização da ata serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações Contratadas.

8.2 - Fica determinado que a gestão e fiscalização desta ata será realizada pelo Diretor de Convênios e Projetos, o Sr. Elcimar Augustinho Faust, de acordo com as atribuições contidas no art. 23 do Decreto Municipal nº 85/2023 e nos termos do art. art. 117 da Lei Nº. 14.133/2021.

8.3 - Ao fiscal do contrato compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir qualquer dúvida e pendência que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 117 da Lei Nº. 14.133/2021.

8.4 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

8.5 – Assuntos relacionados a execução da ata de registro de preços deverão ser tratados exclusivamente com o gestor/fiscalizador da mesma, através dos contatos, Sr. Elcimar Augustinho Faust telefone (46)98409-9144, e-mail: elcimar.faust@gmail.com.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, neste Pregão e na Ata Registro de Preços.

9.3 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Multa:

I - Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

II - Compensatória de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

c) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 - A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5 - Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.7 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.8 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.10 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.11 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
9.12 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
9.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
9.15 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA ATA
10.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/21.
10.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observando sempre o valor inicial do item na licitação, podendo, de forma eventual, aceitar valores maiores com relação aos valores de referência, desde que comprovado amplamente pelos fornecedores a majoração dos preços.
10.2.1 – Em caso de pedidos de reequilíbrio pela Contratada, o mesmo deverá ser enviado ao fiscal da Ata de Registro de Preços, sendo ele responsável pelo encaminhamento aos demais departamentos necessários.
10.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:
a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
10.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação
10.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.
10.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
11.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:
b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) presentes razões de interesse público.
11.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
11.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
11.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE COMPRA
12.1 - A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Município de Nova Esperança do Sudoeste.
12.2 – Para a fiscalização do recebimento dos produtos que integram o objeto deste Contrato, fica responsável o representante do setor competente, que fez a solicitação para a compra dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA
13.1 - A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados á CONTRATANTE, ou a terceiros decorrentes do objeto desta ata de registro de preços, inclusive, mortes, perdas ou descrição parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação a presente ata de registro de preços

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES
14.1 - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desta ata de registro de preços nas condições descritas no presente edital e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.
Parágrafo Primeiro - Constituem obrigações da CONTRATANTE:
a) Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;
b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
d) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.
Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATADA:
a) Cumprir todas as obrigações contidas na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do contrato.
b) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
c) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
d) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
e) A contratada se responsabiliza por manter o endereço físico e eletrônico para notificações atualizado.
f) A entrega dos Laudos, projetos e relatórios presentes nesta contratação deverão ser entregues em no máximo 15 (quinze) dias após a solicitação dos serviços pela administração.

14.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados a execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados prepostos ou subordinados.
14.3 - A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PRÁTICAS DE ANTICORRUPÇÃO
15.1 - Adotar práticas de anticorrupção, observando e fazendo observar, em toda gestão, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução, evitando práticas corruptas e fraudulentas;
15.2 - Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou de contratos financiados com recursos repassados pela esfera estadual. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:
a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
c) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
e) Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.
15.3 - Concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS
16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA
17.1 – A presente ata de registro de preços está vinculada aos termos do Edital de Licitação, referente ao Pregão Eletrônico nº 52/2026– Processo Licitatório nº 133/2026 e seus anexos, bem como à Proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD
18.1 - Em observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as partes envolvidas neste contrato comprometem-se a tratar os dados pessoais coletados, utilizados, armazenados ou de qualquer forma processados durante a execução deste, em conformidade com os princípios e as regras estabelecidos pela referida legislação.
18.2 – A Contratada declara estar ciente de que poderá ter acesso a dados pessoais no decorrer da execução contratual, devendo utilizá-los exclusivamente para as finalidades relacionadas ao objeto do contrato, comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
18.3 - O descumprimento das obrigações previstas na LGPD sujeitará o licitante/contratado às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo das penalidades contratuais e legais aplicáveis.
18.4 - A Administração Pública, na condição de controladora dos dados pessoais, compromete-se igualmente a observar as disposições da LGPD quanto ao tratamento, guarda e compartilhamento de informações obtidas durante o processo licitatório e execução contratual, garantindo os direitos dos titulares de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ASSSINATURA
19.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA que subscrevem o presente instrumento concordam expressamente que este poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma que melhor lhes aprouver, com fundamento no art. 10º, parágrafo 2º da MP 2200-1/2001 e do art. 6º do Decreto 10.278/2020.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Salto do Lontra – PR, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Nova Esperança do Sudoeste, PR,_____.

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
CONTRATANTE
JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

CONTRATADO
Administrador

PARECER JURÍDICO Nº 186/2026

Processo Licitatório nº 133/2026
Pregão Eletrônico nº 52/2026

RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada para análise jurídica quanto à legalidade do Processo Licitatório 133, Pregão Eletrônico nº 52/2026, cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.

Após a devida instrução, por meio de atos ratificados por seus agentes públicos, veio para consulta jurídica quanto aos aspectos jurídicos relativos tão somente a condução do procedimento.

É o breve relatório.

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, a emissão desta consulta jurídica não significa vinculação ao mérito administrativo, não adentrando a competência técnica da Administração.

Salientamos que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, inclusive quanto ao detalhamento do objeto do ajuste, suas características, requisitos e especificações. Sobre tais dados, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis a sua adequação às necessidades da Administração.

Cumpre esclarecer, também, que toda verificação desta Procuradoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação

encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhanças, pois não possui o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa é posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos bens/serviços e quantitativos entendidos como necessários, bem como a forma de execução.

DA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Pelo dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura

contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

As contratações públicas devem ser precedidas da realização de certame licitatório, cumprindo ao administrador a escolha da avença que seja mais vantajosa ao interesse público, sem menosprezar o princípio da impessoalidade, que regula a participação dos licitantes, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988 e da Lei n.º 14.133/2021.

Em linhas gerais, o artigo 18, incisos I a XI, da Lei nº 14.133/2021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
> IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
> V - a elaboração do edital de licitação;
> VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
> VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou

> de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
> VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Quanto a fase preparatória do processo licitatório, conforme o caput do art. 18, da Lei nº 14.133/2021, deve compatibilizar-se com o plano de contratação anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12, da mesma lei.

Sobre o estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I, art. 18, Lei nº 14.133/2021, é parte fundamental na fase preparatória, o qual deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e que de acordo com o § 1, art. 18, da Lei nº 14.133/2021 deve conter os seguintes elementos:

> § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:
> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
> III - requisitos da contratação;
> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A análise do estudo técnico preliminar evidencia que os elementos descritos nos incisos do § 1, art. 18, da Lei nº 14.133/2021 estão contemplados. Por sua vez, o estudo técnico preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido.

O Termo de Referência, parte integrante desse processo apresenta a descrição do objeto; Prazo e forma de execução dos serviços; a justificativa para contratação; obrigações da contratada; obrigações da contratante; Qualificação técnica; Gerência e fiscalização do contrato; condições do pagamento; do reajuste de preços. Destacamos que os itens essenciais estão elencados no presente termo de referência.

Quanto ao edital, preleciona o art. 82, da Lei nº 14.133/2021, que é conteúdo obrigatório nos editais licitatórios:

> Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:
> I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
> II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
> III - a possibilidade de prever preços diferentes:
> a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
> b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
> c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
> d) por outros motivos justificados no processo;
> IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
> V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
> VI - as condições para alteração de preços registrados;
> VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
> VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
> IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

Constam no edital o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. Desse modo atende ao disposto supra citado.

A modalidade escolhida, encontra guarida e conceituação na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, lei federal nº 14.133/2021, que in litteris:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> [...]
> XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Logo, levando em consideração toda a instrução do procedimento até o momento elencadas, constata-se que a fase preparatória do certame se

encontra em consonância com as exigências mínimas contidas na 14.133/2021.

É importante ressaltar que a contratação pública deve observar os princípios da legalidade, do planejamento, da responsabilidade fiscal, da eficiência e da transparência, bem como as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Federal nº 4.320/1964.

O art. 105 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve ser observada a disponibilidade de créditos orçamentários, além da previsão no plano plurianual quando a duração contratual ultrapassar um exercício financeiro.

De maneira ainda mais específica, o art. 150 da mesma lei dispõe que nenhuma contratação será realizada sem a adequada caracterização do objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários destinados ao pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que ocorrer a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

No caso em análise, o Parecer Contábil nº 71/2026 aponta expressamente a insuficiência dos recursos disponíveis para suportar integralmente o valor estimado da contratação. Tal circunstância exige cautela por parte da Administração, a fim de evitar a formalização de obrigação contratual sem a correspondente cobertura orçamentária.

insuficiência de recursos apontada no parecer contábil não implica, necessariamente, o encerramento definitivo de todas as etapas preparatórias da contratação. Contudo, essa ressalta deve ser considerada no momento de assumir a obrigação contratual.

Destarte, encerrada a instrução da fase preparatória, o processo licitatório seguirá a autoridade competente, a qual determinará a divulgação do edital de licitação, em conformidade com o art. 54, Lei nº 14.133/2021.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e do exame dos documentos referenciados no procedimento, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, a primeira etapa do Processo Licitatório atende as exigências mínimas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo possível o prosseguimento para a fase externa, com a publicação do edital e de seus anexos. Contudo, opina pela não formalização contratual enquanto não estiver comprovada a existência de créditos orçamentários suficientes e adequados para suportar as obrigações contratuais. Ainda, considerando a necessidade da análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, opino para que o controle interno do município seja notificado, a fim de que tenha ciência e acompanhe o andamento do presente processo licitatório.

Nova Esperança do Sudoeste, PR, em 23 de outubro de 2026.

JULIANA MARA NESPOLO:00832673951
Assinado de forma digital por JULIANA MARA NESPOLO:00832673951
Dados: 2026.10.23 15:26:26 -03'00'

JULIANA MARA NESPOLO
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/PR 49.390

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026

O **MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, torna público que no dia 11 de novembro de 2026, às 09h00min, no endereço acima mencionado, realizará PREGÃO ELETRÔNICO, destinado ao: **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.** Critério de julgamento: **Menor preço por lote/grupo de itens**. Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 09h00min do dia 11 de novembro de 2026, no endereço eletrônico: Compras.gov.br (www.compras.gov.br).

Os interessados em participar da presente licitação, vão encontrar o edital e seus anexos nos sites **Compras.gov.br (www.compras.gov.br)** e **www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br**.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por escrito ao Pregoeiro pelo endereço eletrônico licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 23 de outubro de 2026.

JAIME DA SILVA STANG:71824634900
Assinado de forma digital por JAIME DA SILVA STANG:71824634900
Dados: 2026.10.23 10:13:18 -03'00'

JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

gov.br
Documento assinado digitalmente
TIAGO MARTINS
Data: 23/10/2026 08:25:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TIAGO MARTINS
Pregoeiro

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Segunda-Feira, 26 de Outubro de 2026

Ano XV – Edição Nº 3724

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026
O MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, torna público que no dia 11 de novembro de 2026, às 09h00min, no endereço acima mencionado, realizará PREGÃO ELETRÔNICO, destinado ao: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná. Critério de julgamento: Menor preço por lote/grupo de itens. Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 09h00min do dia 11 de novembro de 2026, no endereço eletrônico: Compras.gov.br (www.compras.gov.br).
Os interessados em participar da presente licitação, vão encontrar o edital e seus anexos nos sites Compras.gov.br (www.compras.gov.br) e www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.
Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por escrito ao Pregoeiro pelo endereço eletrônico licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.
Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 23 de outubro de 2026.

JAIME DA SILVA STANG Prefeito Municipal		TIAGO MARTINS Pregoeiro

Cod472945

ESTADO DO PARANÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS
PORTARIA N° 4600/2026 - 22.10.2026

Revoga a Portaria nº 4156/2025, de 06 de janeiro de 2025, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0529/14 de 14 de maio de 2014, e com suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1° Revogar a Portaria nº 4156/2025, de 06.01.2025 que designa Chefe de Serviços, Sra. JANE DA SILVA, cadastrada sob a matrícula nº 8521, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a partir de 1º de outubro de 2026.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 1º de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

Amarildo Alves Carneiro - Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS
PORTARIA N° 4602/2026 - 22.10.2026

Concede Elevação de Nível a Professor Público Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 0464/2012 de 03.04.2012, Art. 29 e Art. 30, bem como, Lei Municipal nº 0674/2018, de 20 de setembro de 2018, e com suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Elevação de Nível a Professor Público Municipal, por motivos de comprovação de Conclusão de Pós-Graduação, abaixo relacionado conforme prevê a Lei e de acordo com requerimentos/solicitações por meio de processos:

N° Matrícula	Nome	Nível-Classe		Processo nº
		De:	Para:	
10611	Dhonatan Francisconi	II - B	III - B	235/2026 – SRH, de 02.10.2026

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efetivos financeiros em outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

Amarildo Alves Carneiro - Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS
PORTARIA N° 4603/2026 - 22.10.2026

Concede Elevação de Classe a Professores Públicos Municipais, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 0464/2012 de 03.04.2012, Art. 39, e com suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Elevação de Classe a Professores Públicos Municipais por motivos de progressão na classe de efetivo tempo de serviço, abaixo relacionados conforme prevê a Lei:

Seq.	N° Matr.	Nome	Nível-Classe		Protocolo nº
			De:	Para:	
1	8721	Elizangela Aparecida Ramos Fávero	G	H	233/2026-SRH de 01.10.2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efeitos financeiros no mês de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

Amarildo Alves Carneiro
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026

O **MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.589.289/0001-32, com sede na Avenida Iguaçu, 750, centro, na cidade de Nova Esperança do Sudoeste, estado do Paraná, torna público que no dia 11 de novembro de 2026, às 09h00min, no endereço acima mencionado, realizará PREGÃO ELETRÔNICO, destinado ao: **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria, consultoria, elaboração de estudos, projetos, pareceres, e relatórios, capacitações e suporte técnico ao Município de Nova Esperança do Sudoeste, Paraná.** Critério de julgamento: **Menor preço por lote/grupo de itens**. Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 09h00min do dia 11 de novembro de 2026, no endereço eletrônico: Compras.gov.br (www.compras.gov.br).

Os interessados em participar da presente licitação, vão encontrar o edital e seus anexos nos sites **Compras.gov.br (www.compras.gov.br)** e **www.novaesperancadosudoeste.pr.gov.br**.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por escrito ao Pregoeiro pelo endereço eletrônico licitacao@novaesperancadosudoeste.pr.gov.br.

Nova Esperança do Sudoeste, Paraná, em 23 de outubro de 2026.

JAIME DA SILVA STANG
Prefeito Municipal

TIAGO MARTINS
Pregoeiro

ESTADO DO PARANÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS
PORTARIA N° 4604/2026 - 22.10.2026

Concede Elevação de Nível a Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal n° 0529/14 de 14.05.2014, Art. 19, e com suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Elevação de Nível por Tempo de Serviço aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados conforme prevê a Lei:

Seq.	N° Matrícula	Nome	Cargo	Nível	
				De:	Para:
1	7641	Iride Maria Basotti	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	008	009
2	7671	Jailson de Oliveira	Operador de Trator Agrícola	024	025
3	7691	Jurandina Albuquerque Bitencourt	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	009	010
4	7711	Lurdete Fátima Soster Cigerce	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	009	010
5	7721	Marinez Alves Carneiro	Documentadora	033	034
6	7761	Valdemar Moreira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	007	008
7	7771	Vandreia Mattana Pegoraro	Técnico em Enfermagem	028	029

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efeitos financeiros no mês de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 22 de outubro de 2026.

Amarildo Alves Carneiro - Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO: 047/2025
PROCESSO LICITATORIO: 079/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRACÃO/PR.
OBJETO: Contratação de empresas objetivando o fornecimento de Pedrisco e Rachão Detonado, para melhoria dos prédios públicos do Município de Barracão/PR.

CONTRATO: Nº 167/2025
CONTRATADA: VALDECIR KOVALSKI – ME.
PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, por mais 1 (um) ano, vigorando até 28 de outubro de 2027 ou enquanto durar o estoque.
VALOR: Fica acrescido o valor relativo ao presente termo aditivo de R$ 12.865,00 (Doze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais).

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 060/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 095/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRACÃO/PR.
OBJETO: Contratação de empresa objetivando o fornecimento de equipamentos, mobiliários, destinados à implementação e fortalecimento da Jornada Ampliada (Ensino Integral) na Escola Municipal Eurilemo Lucio Zanette, da rede municipal de ensino de Barracão/PR.
CONTRATO: Nº 195/2026
CONTRATADA: ZILMAR LAZAROTTO ME
VALOR: Fica acrescido o valor relativo ao presente termo aditivo de R$ 4.586,00(quatro mil quinhentos e oitenta e seis reais).

